

A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE INSERIDA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Sônia Fátima Schwendler²⁷⁴

“O Movimento dos Sem-Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem a dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo, colonial e perverso.

O importante porém é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses, das Ligas e os sem-terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura das história como ‘façanha da liberdade’” (Freire, 2000, p. 60).

Esta exposição compõe a mesa redonda sob o título “Paulo Freire: reflexões sobre o currículo, formação de professores, Educação de Jovens e Adultos e movimentos sociais”. A Pedagogia Libertadora de Paulo Freire tem sido fundamental na construção do sonho, da luta na feitura da história vivida por trabalhadoras e trabalhadores sem terra que acreditaram na possibilidade de um mundo mais bonito. Ela tem ajudado a devolver a mulheres e homens a sua dignidade, o seu direito de ler e escrever as palavras, de ler e pronunciar o mundo. Contribuir nesta tarefa, reinventando a pedagogia crítica na construção dos movimentos sociais, na formação de educadoras e educadores de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos, constitui-se nossa ação e objeto desta reflexão.

Da construção dos movimentos sociais

Compreender a história como possibilidade e não como determinação, possibilita pensar a ação de mulheres e homens como sujeitos da história, como seres não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros. Nossa presença no mundo, como seres capazes de refletir sobre nós mesmos e sobre as nossas relações com o mundo torna possível a nossa intervenção no mundo.

Freire fala da nossa capacidade de romper com a aderência ao mundo, de emergir dele como consciência que se forja na práxis, transformando a determinação em condicionamento.

“Uma das coisas mais significativas de que nos tornamos capazes mulheres e homens ao longo da história que, feita por nós a nós nos faz e refaz, é a possibilidade que temos de reinventar o mundo e não apenas de repetí-lo ou

²⁷⁴ Pedagoga e professora do Departamento de Planejamento e Administração Escolar da Universidade Federal do Paraná.

reproduzÍ-lo. (...) É exatamente porque somos condicionados e não determinados que somos seres da decisão e da ruptura. E a responsabilidade se tornou uma exigência fundamental da liberdade. Se fossemos determinados, não importa porquê, pela raça, pela cultura, pelo gênero, não tínhamos como falar em liberdade, decisão, ética, responsabilidade. Não seríamos educáveis, mas adestráveis. Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio” (Freire, 2000, p.121).

Para Freire (2000, p.122), “*não haveria como falar em liberdade sem a consciência da determinação que se torna assim condicionamento*”. O reconhecimento e a compreensão da razão de ser das situações que desumanizam e negam a vocação ontológica de mulheres e homens, possibilitam a luta pela afirmação desta vocação se SER MAIS. Vocação que é negada nas injustiças, na exploração, na dominação de raça, gênero e classe, mas também afirmada na busca da liberdade, da justiça, da organização, da luta e da utopia que move os oprimidos na recuperação de sua humanidade roubada.

Na luta pelo direito de ser, gesta-se a Pedagogia libertadora de Paulo Freire. Ela nasce no seio da organização e luta dos movimentos sociais e populares na década de 50 e 60 no Brasil. Uma Pedagogia do oprimido, “*aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará*” (Freire, 1987, p.32).

“A Pedagogia do oprimido e a Pedagogia da Libertação refletem os aprendizados que Paulo fez aproximando-se, estando atento aos movimentos de libertação contra a opressão que se manifestavam com tanta radicalidade nas décadas de 50 e 60. Os educadores para Paulo foram esses coletivos, os movimentos sociais”. (Arroyo, 2001, p. 59).

A Pedagogia Libertadora de Freire constitui-se em um dos instrumentos fundamentais no processo de conscientização, e portanto, na constituição dos movimentos sociais, pois não é em si a condição de exclusão, de opressão que leva mulheres e homens a se engajarem na luta social, mas sim, a compreensão da razão de ser de sua condição de oprimidos. A compreensão crítica dos fatos, aliado à utopia da mudança, ao saber de que mudar é difícil, mas possível, possibilita com que os excluídos da história, se organizem e se engajem na luta para modificá-la.

Neste sentido, Grzybowski destaca um conjunto de condições necessárias para o surgimento de um movimento social.

“A percepção de interesses comuns, no cotidiano, nas condições mais imediatas de trabalho e vida, percepção produzida a partir de e na oposição com outros interesses, de outros agentes sociais, a identidade em torno dos interesses comuns, as ações coletivas de resistência, etc. são um conjunto de condições necessárias dos movimentos. Só assim a tensão intrínseca às relações vira movimento” (GRZYBOWSKI, 1991:18).

A organização dos movimentos sociais é produto e produtor da conscientização. Nesta direção, Freire (1982, pp.109-110) destaca que:

“Não há conscientização se, de sua prática não resulta a ação consciente dos oprimidos, como classe social explorada, na luta por sua libertação. Por outro lado, ninguém conscientiza ninguém. O educador e o povo se

conscientizam através do movimento dialético entre a reflexão crítica sobre a ação anterior e a subsequente ação no processo daquela luta” .

No processo de formação dos movimentos sociais, torna-se fundamental percebermos o papel das lideranças revolucionárias, que junto com o povo desvelam a realidade e se engajam na luta pela sua transformação. Neste contexto, Freire (1987, p. 53), defende que a *“ação política junto com os oprimidos tem de ser, no fundo, ‘ação cultural’ para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles”*. A comunhão entre lideranças e massas populares é uma característica essencial da ação cultural para a libertação, e precisa ser forjada na práxis, através de uma autêntica relação dialógica, que permita com que os oprimidos, como sujeitos, se conscientizem da necessidade de lutarem por sua libertação, pois, *“ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”* (Freire, 1987, p. 52).

Este processo de conscientização, a partir de uma pedagogia Libertadora, se fez presente na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST. O reconhecimento como ser sem terra, como excluído da história e a compreensão da razão de ser desta exclusão nascia nos espaços de reflexão e de manifestação das Comunidades Eclesiais de Base, dos Sindicatos, repletos de dialogicidade. Nestes espaços, os trabalhadores começaram a se convencer da necessidade e do direito de lutarem pelos direitos que lhes eram negados, da necessária rebeldia, e começam a ocupar ruas, prédios, terras, territorializando sua luta. Sua rebeldia, enquanto indignação perante a injusta concentração de terras que lhes roubava sua humanidade, seu direito de ser, foi se transformando aos poucos, numa práxis, numa ação radical de denúncia da realidade perversa e de anúncio de um novo projeto de sociedade. Anúncio e denúncia feitos com ousadia, com coragem, com sonho, com esperança, com luta.

“Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é o ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa se alongar até uma posição mais radical e crítica, a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho” (Freire, 2000, p.81).

A educação que brota da luta e a luta pela educação

No contexto das lutas sociais, Freire afirma a importância da educação no *“processo de denúncia da realidade perversa como do anúncio da realidade diferente a nascer da transformação da realidade denunciada”* (2000, p. 90). Destaca a educabilidade do ser humano, compreendendo-o como inacabado, como ser em constante processo de criação e recriação de seus saberes, de sua cultura, do mundo. Para ele, *“se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”* (p.67).

Freire lutou por uma Pedagogia que possibilitasse a afirmação de direitos historicamente negados. *“O direito de conhecer melhor o que já se conhece e o direito de conhecer aquilo que ainda não se conhece”* (2001, 22). Uma Pedagogia que tome por referência a prática social, a história de vida dos sujeitos com quem trabalha, seus ‘saberes de experiência feito’, possibilitando com que conheçam melhor os saberes construídos na

sua prática social, e ainda, que ampliem estes saberes conhecendo o que ainda não sabem. Freire destaca que partir dos saberes dos educandos, não significa ficar neles.

No processo de luta pela conquista da terra, as trabalhadoras e os trabalhadores sem terra constroem e reconstróem seus saberes, sua cultura. Nas lutas sociais, há um cotidiano produzindo cultura, educando mulheres e homens que assumiram a tarefa de reinventar o mundo, deixando nele as marcas de suas histórias. Há todo um processo educativo que se constrói nas lutas sociais. *“Há uma Pedagogia em marcha, que vai além da escola, na própria história, nas lutas sociais, na prática produtiva e política”*(Arroyo, 1087).

Neste contexto, Caldart (2000, p. 199-200) discute o movimento social como sujeito educativo. Afirma que:

“olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também como um sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem. (...) Trata-se de pensar no movimento social como princípio educativo, ou seja como base da concepção de educação construída através da experiência humana de ser do MST, ou de fazer-se um nome próprio: Sem Terra”.

Caldart considera Paulo Freire como o Pedagogo que abriu caminho para o dialogo entre a educação e os movimentos sociais, na medida que *“construiu toda sua reflexão em torno do processo de produção do ser humano como sujeito, e da potencialidade educativa da condição de oprimido e do esforço de tentar deixar de sê-lo, o que quer dizer, de tentar transformar as circunstâncias sociais desta sua condição, engajando-se na luta pela sua libertação”* (203-204).

Ao mesmo tempo em que Freire reconhece a importância e o potencial educativo dos movimentos sociais, na medida em que nele se engajam mulheres e homens para refazer o mundo e seres refeitos, reafirma o necessário papel a ser desempenhado pela educação escolar, na formação humana. Para tanto, a escola deve estar organicamente vinculada à sociedade, ao seu tempo, aos seus problemas, ‘a sua história, bem como desenvolver uma prática político-pedagógica libertadora, que possibilite a autonomia dos educandos, sua inserção crítica na sociedade. Uma pedagogia feita com sonho, esperança, utopia, mas também com indignação, com profundo respeito aos saber dos educandos, numa relação de autêntico dialogo, onde educador e educando se educam mediatizados pelo mundo.

Colocar a escola no seu verdadeiro lugar e lutar por ela enquanto um direito, tem sido uma das lutas fundamentais do MST, aliado à luta pela terra. O MST compreende que, para além de ocupar a terra, é preciso ocupar a escola, porque como a terra, a escola tem sido um direito negado aos sem terra. Além disso, a escola tem negado a história, a cultura, os saberes construídos na experiência social dos sem terra, depositando neles, conteúdos vazios, sem significado e relação com suas vidas.

“Quando a vida da escola se integra à vida do Movimento temos, pois, não a construção de uma nova escola, mas a possibilidade de que a escola seja mais do que escola, porque será um lugar movido pelos valores de uma grande luta, uma luta por uma vida por um fio, fio de raiz, de vida inteira, em todos os sentidos” (Caldart, 2000, p. 248).

Para ajudar a construir essa escola que se articule organicamente com as lutas, a história, a cultura do povo, o MST busca em Freire, os fundamentos teórico-metodológicos para sua práxis.

Para Freire, toda prática educativa deve tomar como referência, a história, a cultura, o ‘saber de experiência feito’, não para ficar neste saber, mas para, partir dele e superá-lo. Porque ensinar implica em criar as possibilidades para a produção do conhecimento, para a intervenção no mundo. Neste sentido, a pedagogia de Freire é utópica, esperançosa, e implica na dialetização da denúncia e do anúncio de uma nova realidade a ser construída na práxis revolucionária.

Ocupar a escola implica em produzir a “*consciência da necessidade de aprender*” (Caldart, 2000, p.137), produzir a consciência de que os sem terra possuem saberes construídos na sua prática social, mas que necessitam saber mais, para alcançar a própria razão de ser dos fatos.

Neste contexto, ao mesmo tempo em que movimento constrói espaços formativos que possibilitem ampliar os saberes de seus integrantes, sente a necessidade de lutar pela escolarização dos mesmos, desde a Educação Infantil, até a Universidade, de modo que possam haver médicos, agrônomos, educadores que contribuam na viabilidade sócio-econômica dos assentamentos. O MST luta para que o grande contingente de jovens e adultos não alfabetizados e/ou semi-alfabetizados possam ter acesso ao aprendizado da leitura da palavra articulada à leitura de mundo²⁷⁵. E esta é uma luta não muito fácil, pois há uma resistência por parte dos próprios sem terra não alfabetizados e/ou semi-alfabetizados, pois para eles que carregam as marcas da exclusão, lutar pela escola de seus filhos parece mais natural do que lutar pelo seu próprio retorno a ela, uma vez que, acabaram se acostumando a virar-se com os saberes que a prática social lhes proporcionou, pois historicamente o trabalhador da terra desenvolveu atividades que não lhe exigiam estudo, ficou fora da escola muitas vezes para ajudar no trabalho, até porque estava introjetado na cultura da sociedade de que para trabalhar na lavoura não precisava estudar ou bastava saber ler e escrever. Além disso, ele não faz muito uso da leitura e da escrita no seu cotidiano.

Num contexto, em que não há políticas públicas no tocante à Educação de Jovens e Adultos, o movimento busca construir parcerias com as universidades visando enfrentar o problema do analfabetismo nos assentamentos e a falta de políticas públicas para a educação no campo. Surge assim, como fruto da demanda e da luta do movimento social, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, ligado ao Ministério de Políticas Fundiárias e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, assumindo como uma das suas primeiras frentes a Educação de Jovens e Adultos.

A formação de educadores de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos

No Paraná, da construção da parceria entre o MST, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Estadual de Ponta Grossa e o INCRA surgiu o “*Projeto de Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos de Reforma Agrária na Região Sul do Paraná: alfabetização, escolarização e capacitação*”. E é sobre o desenvolvimento deste trabalho na Educação de Jovens e Adultos que iremos nos deter um pouco mais no tocante à contribuição de Freire no processo de formação dos educadores. É a partir de seus fundamentos teórico-metodológicos que construímos esta parceria entre movimento social

²⁷⁵ O Censo da Reforma Agrária, realizado pelo INCRA em parceria com universidades brasileiras, durante o ano de 1997, apontou um índice de 29,5% de jovens e adultos analfabetos nos assentamentos.

e universidade. É a práxis de Freire nos ajudando a construirmos a nossa própria práxis, recriada no seu tempo.

São assentados, escolhidos pela comunidade, os educadores que desenvolvem a alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos. Como universidade, buscamos contribuir com o processo de capacitação destes educadores. Iniciamos o processo formativo, construindo com eles, os temas geradores. Estes são extraídos de suas histórias de vida, que revelam as experiências vividas, a cultura, os saberes, e o significado atribuído à luta pela conquista da terra. São trajetórias individuais, mas ao mesmo tempo, coletivas, pois trazem a marca da exclusão e de uma luta revolucionária pela libertação.

Com o aprofundamento destes temas, buscamos contribuir para um processo de alfabetização de jovens e adultos que respeite a cultura, os saberes dos assentados e, sobretudo, possibilite uma leitura crítica de sua própria realidade. Compreende-se que o processo de alfabetização de jovens e adultos não consiste apenas no domínio da leitura e escrita, mas também na compreensão do mundo em que o sujeito vive, para que assim, ele possa exercer sua real cidadania, tendo condições de exigir seus direitos, produzir na sua terra para poder permanecer nela e viver com dignidade no campo.

No processo formativo dos educadores de alfabetização de jovens e adultos, buscamos a partir dos temas geradores, articular os conteúdos das áreas de conhecimento para subsidiar a prática de alfabetização. Como adotamos a concepção freiriana no nosso trabalho, estudamos os seus pressupostos, para construir e refletir com os educadores a sua prática.

“... Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando a prática de hoje ou de ontem, que se pode pensar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática” (Freire, 1997, p. 43-44).

No processo formativo que construímos com os educadores ao trabalharmos a práxis de Freire, percebemos o quanto eles o compreendem, pois eles próprios vivem a exclusão, a opressão, mas também a utopia, a luta que gestou a pedagogia libertadora. O que muitas vezes a academia não consegue compreender, mulheres e homens do povo, não apenas compreendem, mas aprendem a viver esta pedagogia, que se faz e refaz na sua práxis revolucionária.

Quando dialogamos com os educadores para pensar a sua prática à luz do pensamento freiriano, eles revelam uma grande sabedoria, uma compreensão ampla de alfabetização, compreendendo a educação como um direito negado historicamente, e que *“alfabetizar é o modo de ensinar a pessoa a conhecer o mundo de outra maneira, na forma da escrita”, “alfabetizar é mais que ler e escrever, mas é a construção do conhecimento que se dá entre educando e alfabetizador, que se constrói constantemente, não somente entre quatro paredes, na sala de aula, mas na vivência, nas casas, no assentamento, na vida em comunidade”*. Compreendem que a alfabetização é uma necessidade no campo, que ela contribui para uma participação mais efetiva no processo de organização, de luta, no planejamento da produção, na própria inserção na sociedade letrada.

O trabalho de alfabetização implica em mobilizar a comunidade, discutir a importância da erradicação do analfabetismo no assentamento, como parte da luta pela reforma agrária. Para os educadores, embora também sejam assentados, o trabalho de mobilização e de visita aos alfabetizando contribui na compreensão da realidade, das

dificuldades porque passam os alfabetizandos para participarem do processo de alfabetização.

Os educadores que vivenciaram a luta coletiva pela terra conseguem apreender com facilidade que *“ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”* (Freire, 1987, p.69). Na sua prática revelam a importância do que Freire nos ensinou, de que ninguém sabe tudo ou ignora tudo. De que todos têm saberes, não inferiores ou superiores, mas saberes diferentes. Neste sentido, durante um debate no processo de alfabetização sobre o ensinar e o aprender, um educando falou para o educador: - O que vou poder te ensinar se você é o professor? O educador por sua vez sabiamente respondeu: - Você pode me ensinar muito, porque tem quarenta anos de experiência e sabe muito sobre a lavoura, o que e como plantar, e eu tenho muito a aprender com você.

Discutir com o educando que ele é detentor de um saber, construído na sua prática social, que ele produz cultura transforma o mundo, transformando-se também, é essencial no processo de alfabetização. Neste sentido, o trabalho com as histórias de vida dos assentados, foi fundamental, não apenas para extrair os temas e as palavras geradoras, mas também para discutir com eles, que cada ser humano sabe alguma coisa e desconhece outra, para trabalhar a educação a partir da realidade, como nos revela uma educadora assentada: *“a gente liga a realidade nossa com a realidade do Brasil e do mundo e vê o porquê de tanta diferença, o que causou isto, porque somos sem terra, porque estamos no MST”*. Neste processo, busca-se garantir a necessária relação dialética entre o local e o universal, afirmada por Freire em *Pedagogia da Esperança*.

A Pedagogia de Freire continua em nossas lutas

Paulo Freire tinha um profundo respeito pela vida do povo. Na sua práxis via a educação nascendo da vida, das lutas, da experiência do povo. E foi aprendendo com o povo, dialogando com ele, sobretudo com os camponeses, que Paulo sistematizou uma proposta político-pedagógica libertadora. Uma Pedagogia que nasce da luta, se recria nela e a produz. E é esta Pedagogia que possibilita com que trabalhadoras e trabalhadores assentados possam aprender a ler e a escrever as palavras, lendo sua realidade, escrevendo suas vidas, pronunciando o mundo.

Aos educadores e educadoras do MST que contribuem com este processo, Paulo Freire deixou um recado, em novembro de 1996 : *“Vivam por mim, já que eu não posso viver a alegria de trabalhar com crianças e adultos, que com sua luta e com sua esperança estão conseguindo ser eles mesmos e elas mesmas”*.

Referências Bibliográficas:

ARROYO, Miguel G. **A Escola e o Movimento Social: revitalizando a escola**. In: ANDE. São Paulo, n. 12, 1987.

_____. Paulo Freire e o projeto popular para o Brasil. In: CALDART, Roseli S. & KOLLING, Edgar J. (orgs.). **Paulo Freire: um educador do povo**. São Paulo: Ed. Peres, 2001.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis : Vozes, 2000.

- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Vozes, 1991.